



REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE COMO DIREITO INATO NA *DOCTRINA DO DIREITO DE KANT*:

Relações com a legislação brasileira na perspectiva dos direitos fundamentais

REFLECTIONS ON FREEDOM AS AN INNATE DUTY INTO THE *DOCTRINE OF RIGTH OF KANT*:

Relations with the Brazilian legislation in the perspective of fundamental rights

Autores: Leonardo Cristovam de JESUS, Mara Juliane Woiciechoski HELFENSTEIN.

Identificação autores: Bolsista IFC/EM; Orientadora IFC – Campus *Avançado Sombrio*.

RESUMO

Este estudo apresenta algumas reflexões sobre o conceito de liberdade como direito inato na *Doutrina do Direito* de Kant. A liberdade é o único direito inato de que é dotado todo ser humano, que o define como juridicamente livre e igual e no qual se funda a sua dignidade. À luz desses conceitos são estabelecidas relações com a legislação brasileira para refletir sobre a criação de legislações específicas para assegurar direitos fundamentais a determinados grupos. Procura-se mostrar que tais legislações não estão em desconformidade com os princípios universais *a priori* do direito kantiano, pois pretendem assegurar o direito inato da liberdade.

Palavras-chave: Liberdade; Direito inato; Dignidade.

ABSTRACT

This study presents some reflections on the concept of freedom as an innate right in Kant's *Doctrine of Right*. Freedom is the only innate right that every human being is endowed with, which defines him as juridically free and equal and on which his dignity is founded. In light of these concepts, relations are established with Brazilian legislation to reflect on the creation of specific laws to ensure the fundamental rights of certain groups. It is sought to show that such laws are not in disagreement with the *a priori* universal principles of Kantian law, since they intend to guarantee the innate right of freedom.

Keywords: Freedom; Innate right; Dignity.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A dignidade humana é caracterizada por Kant como um valor absoluto e incomparável (KANT, 2004, p. 73) de que são dotados todos os seres humanos independentemente de qualquer condição empírica, ou seja, independente de raça, cor, crença, classe social ou qualquer outro fator contingente ou circunstancial. Nesse sentido, o conceito de dignidade proporciona



elementos importantes para se pensar o ser humano como um ser dotado de direitos fundamentais, especialmente como um ser merecedor de respeito pelo simples fato de ser humano.

Na *Doutrina do Direito* Kant apresenta o conceito de dignidade como estreitamente ligado ao direito de humanidade. Esse direito seria o único direito originário, isto é, inato ao ser humano, e se refere à liberdade inata “independência em relação ao arbítrio construtivo de outrem” (KANT, 2004, p. 44). O direito de humanidade define a dignidade do sujeito jurídico de perseguir seus fins e possuir objetos sem interferência ilegítima dos demais, bem como a igualdade inata de cada ser humano, que “consiste em não ser obrigado por outros exceto àquilo a que também, reciprocamente, podemos obrigá-los” (KANT, 2004, p. 44), fundando a reciprocidade das relações jurídicas segundo uma lei universal da liberdade. Ou seja, cada ser humano possui o direito (inato) de não ser limitado em suas ações livres a não ser por meio de uma lei universal da liberdade. Esta é representada pelo princípio universal do direito.¹

De acordo com Kant, se pretende ser justo um sistema jurídico positivo deve basear-se no direito racional, o qual estabelece princípios universais *a priori* (KANT, 2004, p. 35) e fornece um critério moral universal que permite avaliar a sua legitimidade moral. Um sistema jurídico que esteja de acordo com tais princípios considera o ser humano como portador do direito de humanidade e torna possível a instituição de uma condição na qual a convivência entre pessoas, livres e iguais, possa ser regida por leis públicas coercitivas e universais, que assegurem a cada um a dignidade e segurança jurídicas, isto é, a garantia contra atos de força e violência ou a violação de direitos fundamentais. Nesse sentido, pretende-se estabelecer relações entre os princípios do direito racional kantiano e legislações específicas criadas no Brasil para determinados grupos de pessoas.

METODOLOGIA

¹ Kant apresenta o Princípio universal do Direito no § C da *Introdução à Doutrina do Direito*: “Toda ação é justa [ou conforme ao Direito] <recht> se ela, ou a liberdade do arbítrio segundo a sua máxima, pode coexistir com a liberdade de todos segundo uma lei universal.” (KANT, 2004, p. 37) É possível notar que nessa formulação do princípio ele cumpre o papel de critério ou princípio de avaliação de ações externas, isto é, é o princípio segundo o qual é possível avaliarmos ou julgarmos as ações como conformes ou contrárias ao Direito *a priori*, como justas ou injustas de acordo com o direito racional. O princípio universal do direito expressa o elemento formal que deve estar presente em toda lei jurídica positiva, na medida em que esta pretende ser uma lei justa ou conforme ao direito racional.



Na primeira etapa foram realizadas leituras, análises e interpretações dos textos de Immanuel Kant acerca do tema, com auxílio de intérpretes e comentadores reconhecidos de suas obras. Na segunda etapa foram feitas produções textuais e estabeleceram-se relações com a legislação brasileira enquanto mecanismo para garantia dos direitos fundamentais de grupos específicos, por meio dos resultados obtidos na pesquisa bibliográfica que abarcam problemáticas atuais relativas aos direitos fundamentais. As reflexões acerca das relações estabelecidas configuram o presente artigo e a terceira fase da pesquisa. A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa quanto à abordagem do problema foi a qualitativa e quanto à técnica foi a pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em consonância com a *Doutrina do Direito* de Kant, o sistema jurídico positivo brasileiro, regido pela Constituição Federal, para ser considerado justo, deve garantir, em última instância, a inviolabilidade do direito de humanidade de cada pessoa que reside no país. A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, apresentados no artigo 1º da Constituição Federal (CF) brasileira. Já o artigo 3º apresenta como princípio fundamental da República “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, p. 15)”. É notória a relação existente entre o objetivo previstos na CF e a perspectiva do direito kantiano enquanto reconhecimento da dignidade da pessoa humana e aplicação jurídica universal. Assim, quaisquer diferenciações movidas por fatores exógenos ao direito de humanidade não podem presumir que o direito seja negado a outrem.

Na contramão dessas reflexões, a subtração e negação de direitos é uma constante no Estado brasileiro, conforme apontam estudos e relatórios de instituições reconhecidas nacional e internacionalmente. O Informe 2017/2018 da Anistia Internacional (2018) lança luz a situação das condições prisionais, a superlotação e as condições dos presos, aos direitos de minorias, como os povos indígenas, a população LGBTI e aos conflitos com os defensores dos direitos humanos. Dentre as mais de 240 recomendações da Revisão Periódica Universal (2017) da Organização das Nações Unidas (ONU) 10 delas, em matéria dos direitos da população LGBTI, tem em comum a reunião de esforços emergenciais para, dentre outras medidas,



desenvolver legislações específicas. Desse modo, fatores culturais, socioeconômicos, políticos e jurídicos contribuem para que não seja assegurado a todas as pessoas o direito de perseguir seus fins livremente em busca da sua felicidade. Se o direito é o instrumento que permite a coexistência dos arbítrios de acordo com uma lei universal é inconcebível permitir que ele (o Direito) seja usufruído por alguns como um privilégio, enquanto a outros seja negado. Pode-se citar, como exemplo, a seletividade do sistema carcerário brasileiro² a jovens negros e de baixa escolaridade. Do mesmo modo, pode-se destacar o alto índice de violência contra a mulher na sociedade brasileira³. Esses cenários apontam para a necessidade da criação de legislações específicas.

Desenvolvidas e aplicadas a determinados contingentes populacionais, as legislações específicas partem da diferenciação das condições empíricas entre os indivíduos. Entretanto, como previsto no artigo 5º da CF “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Um olhar apressado pode nos levar a crer que as legislações específicas, ao contemplar necessidades de pessoas pertencentes a determinados grupos, se enquadram no conceito de privilégios⁴. No entanto, torna-se imprescindível entender as necessidades específicas de alguns grupos como obstáculos a serem superados para a aplicação do sistema jurídico positivo de maneira justa. Assim, é notório que o sistema jurídico positivo seja, também, meio de reparação das desigualdades e injustiças originadas a partir das necessidades específicas não contempladas pelas leis gerais, a fim de assegurar a dignidade humana de cada um.

Considerando esse cenário, pessoas pertencentes a esses grupos, em detrimento da população de modo geral, são majoritariamente prejudicadas por condições empíricas, tendo sua liberdade negada e sua dignidade violada, na medida em que lhes são colocados indevidamente e injustamente obstáculos ao uso livre de seu arbítrio, de modo a não lhes ser possível perseguir seus fins livremente e exercer sua autonomia. Nesse caso, a criação de uma lei es-

² Conforme BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 2015, p 25-68.

³ Conforme WASELFISZ, Julio J. *Mapa da violência: homicídio de mulheres no Brasil*. DF: Flacso, 2015.

⁴ Um privilégio se opõe a um direito, pois este é universal e válido para todos os membros de uma sociedade, enquanto aquele é possuído apenas por alguns com exclusão de todos os outros.



pecífica não visa conceder um direito a um determinado grupo com exclusão de todos os outros (o que configuraria um privilégio), mas visa garantir que direitos fundamentais (previstos para todos) não sejam violados pelo fato de essas pessoas pertencerem a determinados grupos. Assim, a criação de uma lei específica justifica-se desde que possa contribuir para que determinados grupos específicos de pessoas tenham seus direitos fundamentais assegurados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas considerações, percebe-se que essas legislações específicas não estão em desconformidade com os princípios *a priori* do direito racional kantiano, justamente porque se mostram como um instrumento para a defesa do direito fundamental, o direito de humanidade, que funda a dignidade humana. O processo de criação dessas leis deve ser mediado por uma reflexão ética dos agentes implicados abarcada pelo conceito de equidade, que tenha como finalidade, em última instância, a garantia da inviolabilidade do direito de humanidade. A garantia do direito de humanidade não é um privilégio, já que é o mínimo comum que deve ser garantido a todos. Ao contrário, não garantir esse mínimo é uma violação da dignidade da pessoa e de seu direito inato.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2017/18: O estado dos direitos humanos no mundo*. Londres: P.B. House, 2017. p. 88-93

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 2015. p. 25-68.

KANT, Immanuel. *Metafísica dos costumes* (Parte I e II). Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2004.

ONU. *Revisão periódica universal: Recomendações 3º ciclo*. Tradução de UNIC Rio. Ed. de 13 de agosto de 2017.

WASELFISZ, Julio J. *Mapa da violência: homicídio de mulheres no Brasil*. DF: Flacso, 2015.